



# Anais da Assembléia

Nº 36

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 07 DE MAIO DE 1982

ANO VIII

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 1982

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Túlio Zanchet e Airton Cordeiro.

Às 10:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Ayibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ASSAD SAHÃO, ocorrido dia 4 do corrente, na Cidade de Londrina.

O extinto deixou viúva a Senhora Nádia e os filhos Vitória Arabela, Ricardo, Vanessa e Eduardo, e uma grande lacuna na sociedade londrinense, não só pelo grande círculo de amizade como também por ter sido pioneiro no Norte paranaense.

Da decisão do Plenário, solicita seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1982.

(a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ASSMA WEHBE HADDAD, ocorrido no dia 06 do corrente, nesta Capital.

A extinta deixa viúvo o Senhor ABBUD HADDAD e os filhos ALI HADDAD e a Doutora ALIA HADDAD e uma grande lacuna na Colônia Sfrío Libanesa.

Da decisão do Plenário, solicita seja dada ciência à famí-

lia enlutada.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1982.

(a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, dispensa da publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 148/81.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, com amparo no artigo 103, parágrafo 4º do Regimento Interno, a preferência da votação ao Projeto de Lei nº 61/81, de autoria do Deputado Deni Lineu Schwartz, que eleva de 9 para 11 o número de Vereadores da Câmara Municipal de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1982.

(aa) TÚLIO ZANCHET, TRAJANO BASTOS e  
JOÃO MANSUR

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de louvor à Divisão de Taquigrafia desta Casa, pelo transcurso do Dia do Taquígrafo, ocorrido em data de ontem, dia 6 de maio.

Tal comemoração se reveste de júbilo nesta Casa, tendo em vista os relevantes serviços que a Divisão de Taquigrafia sempre tem prestado aos serviços legislativos, no engrandecimento do Poder Legislativo, frente ao povo de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente aos órgãos nominados na súmula, solicitando a proibição de embalagens de produtos farmacêuticos, especificamente pomadas, em bisnagas de plástico opacas, como forma de evitar-se que o povo seja ludibriado no que diz respeito a quantidade de medicamento inferior ao constante da embalagem.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

O povo brasileiro vem sendo vergonhosamente ludibriado em quase praticamente tudo o que consome, tanto em relação ao custo para o consumidor, a qualidade do produto e a quantidade do mesmo.

Na indústria farmacêutica, alguns laboratórios estão se utilizando de bisnagas de plástico opacas, para embalagem de determinados tipos de pomadas. Como estas embalagens são indeformáveis, torna-se impossível constatar verdadeiramente a quantidade de medicamento que possuem. Já constatamos, em algumas dessas embalagens, estarem com quantidades de medicamentos muito inferiores ao que dizem conter, pelo simples fato de que pressionando as bisnagas para forçar a saída

do medicamento, elas voltam à forma original, cessada a pressão.

Ora, já chegam os preços absurdos dos medicamentos, muito além das possibilidades aquisitivas do povo brasileiro pela baixa remuneração que percebe. A fraude só é possível porque o consumidor não pode verificar a quantidade de produto, pela embalagem utilizada.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura, solicitando a implantação de um Posto de Vacinação de Suínos, no Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1982.

(a) NILSO SQUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Dois Vizinhos, localizado na Região Sudoeste do Estado, juntamente com os demais municípios daquela região, constitui-se num dos mais desenvolvidos nas atividades agropecuárias, tendo a suinocultura especial destaque na economia daquele município.

Atualmente, os suinocultores de Dois Vizinhos, para comercializarem sua produção, são obrigados a dirigirem-se a Salto do Lontra para obterem o competente Certificado de Vacina, documento exigido para o transporte de suínos, acarretando elevados gastos adicionais ao produtor, problema que será facilmente sanado, com a instalação da unidade de vacinação aqui pleiteada.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. CARLOS GERALDO LANGONI, sugerindo a exclusão da cobrança de custas periciais no cancelamento de pedido de cobertura do Seguro Agrícola.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Oeste do Paraná, já há alguns anos, vem se destacando na produção de cereais e principalmente na de trigo. Contribuindo desta forma na busca da autosuficiência do precioso cereal. A dedicação com que o povo campesino vem assumindo a tarefa de produzir cada vez mais alimentos não está sendo correspondida por parte de alguns órgãos oficiais e responsáveis pelo incentivo do setor.

Como se não bastasse a redução do percentual de cobertura do PROAGRO, cobram-se custas periciais quando do cancelamento de pedido de cobertura do PROAGRO. Esta medida, considerada desnecessária e causadora de grande revolta entre os agricultores, está provocando o desestímulo para o plantio de trigo no corrente ano, resultando daí vastas áreas sem serem plantadas.

O cancelamento de pedido de cobertura do Seguro Agrícola é na realidade um gesto de honestidade por parte do agricultor, no entanto, os que assim procedem, são castigados com a imposição da cobrança de custas periciais. Na continuidade deste expediente temos certeza que muitos agricultores, que se arriscam a plantar trigo, serão induzidos a agir de má fé, desviando a produção, em parte ou no todo, para evitar o cancelamento e conseqüentemente receber a cobertura do seguro agrícola.

Portanto, a existência deste expediente na Cédula Rural antes de ser um elemento saneador induz à corrupção. Acreditamos ser absolutamente dispensável, o que virá trazer de volta o ânimo e a coragem aos nossos agricultores conscientes

de seu papel tão importante que é o de produzir alimentos ao Brasil e ao mundo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há fatos que nos deixam estarecidos e perplexos, ao mesmo tempo que reafirmam nossa convicção da necessidade de medidas saneadoras, urgentes e inadiáveis, pelo menos, que tragam a esperança para todos os brasileiros.

Lemos na imprensa nacional, mais especificamente na "Folha de São Paulo", coluna de Geraldo Mello Mourão, que tratava de diversos assuntos como a seguir veremos: "Jovem aluga seu útero, para inseminação artificial. Base: quatro milhões", "Jovem vende uma córnea". "Vende-se Jazigo perpétuo da família". "Vende-se o vestido de noiva, o foyão da casa". Vende-se idéias".

Esses anúncios que nos entristecem são a testemunha do empobrecimento nacional bruto a que este modelo econômico está levando o País, de há muito tempo. O empobrecimento é tão grande que não se perdoa nem mesmo os antepassados e os descendentes dos anunciantes. Jamais poderíamos imaginar que neste País rico, de povo extremamente pobre, assistiríamos a venda da cova do próprio pai e da mãe, os olhos da cara e a privacidade do útero.

Entretanto se tais atividades prosperarem é possível que a moça, alugando o útero, terá que pagar "imposto sobre serviços", o que vende a cova do pai ou da mãe "transmissão inter vivos", o que vende os olhos da cara "ICM", pois somos o País que depois do Japão o que mais paga tributos e por certo essas atividades, serviços e comércio não deixarão de serem tributadas, e mesmo assim os municípios continuarão sendo lesados.

Em nosso País a tributação crucifica todos os cidadãos, pois o mesmo desde que atinge a maioridade tem que carregar um número que o identifica "CPF", passando ser alvo de "LEÕES" de múltiplos tamanhos e de diversos matizes, quando não de fiscais, na implacabilidade permanente da lembrança de obrigações.

Neste País não se admite uma reforma fiscal e diz-se sempre que há necessidade de se fazer um "aperfeiçoamento" fiscal, mas sempre centram esse aperfeiçoamento no ICM, como se fosse este o único tributo a ser revisto.

Desde 1965 quando se estabeleceu o Código Tributário ninguém sorriu de contentamento, a não ser os burocratas do Governo Federal.

O contribuinte brasileiro paga tudo, até o ar que respira, e o pior não tem sentido em momento algum que o resultado dessa hiper tributação tenha colaborado para o engrandecimento do País ou para resolver os grandes problemas do povo brasileiro.

Sabemos que a fome campeia, ronda os lares brasileiros, que os salários dos trabalhadores são irrisórios e não permite a ninguém viver, mas sim vegetar e como uma vez desta tribuna afirmamos "não paga uma rodada de Wisky de quem o decreta".

O Estado e os municípios na falta de uma reforma tributária, encontram-se à falência e não mais podem sequer pagar a folha de pagamento de seus funcionários.

O município, célula mater da Nação, aquele que produz todas as riquezas, vê-se insolvente, pois dele tudo levam, mas nada devolvem, sendo seus prefeitos, os eternos mendigos que, de chapéu na mão, buscam em vão recursos que lhes são devido por direito, mas não os encontram e assim a Nação depaupera, pois suas células estão morrendo pouco a pouco.

Quando o Poder Central, o Governo Federal fala em

reforma tributária, tem três objetivos concretos que são os seguintes: 1) retirar dos partidos de oposição uma possível bandeira de campanha eleitoral; 2) evitar movimento nacional de governadores, prefeitos e secretários da Fazenda, no sentido de conseguirem fatia maior do bolo tributário ainda este ano, e 3) desviar, um pouco, a atenção da sociedade dos difíceis problemas conjunturais por que passa a economia brasileira, esta voltada para os interesses das grandes empresas e das multinacionais e dos grandes grupos econômicos que somente exploram o povo brasileiro.

É urgente pois, que toda a Nação brasileira se levante exigindo que o Governo Federal coloque como prioridade absoluta a reforma tributária para devolver a tranquilidade a todos os brasileiros, e que dirija a economia brasileira para o mercado interno, fazendo com que o povo brasileiro pelo menos possa assegurar-se do direito de sobrevivência e não morra de fome.

Que as notícias que temos lido e que hoje nós trouxemos a esta Casa, não se repitam, pois elas denigrem o ser humano e denigrem principalmente aqueles que de há muito tomaram do povo o poder e que nada fizeram a não ser proteger o grande capitalismo internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno e nem para o Grande Expediente, no horário reservado às lideranças, concedo a palavra, em nome do PMDB, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Presidente da República, General Figueiredo, parece estar se armando de novos casuísmos para enfrentar a derrota das eleições de 1982.

Havia, na semana passada, rumores em Brasília, de que haveria uma nova lista de municípios, considerados de segurança nacional, a serem liberados para eleições livres. Assim estão, aqui no Paraná, os municípios da faixa de fronteira e também as capitais do Estado.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pretenso espírito democrático do Presidente General Figueiredo surpreendeu a tudo e a todos, esses rumores, quando tirou do bolso do colete um novo decreto que, em vez de liberar as eleições para esses municípios, resolveu concentrar ainda mais a escolha e a nomeação dependendo de sua pessoa. Em vez da liberação, concentrou e reforçou o tão condenável expediente de nomear prefeitos. O decreto, que inclusive temos aqui em mãos, diz em seus artigos sucessivos: —... a exoneração de prefeitos nestas áreas, será imediata, quando o Governador for avisado pelo Ministro da Justiça de que o Prefeito decaiu da confiança do Presidente da República.

No entanto, no artigo próximo diz: ... quando o prefeito deixar de merecer a confiança do Governador do Estado, a exoneração será procedida de aprovação do Presidente da República.

Assemelha-se esse decreto, com o humor negro das leis dos chefes, que diz em seu artigo 1º: — o chefe tem sempre razão, no seu artigo 2º: — o chefe sempre tem razão; e no artigo 3º diz: — ante a improvável hipótese de que um seu coordenado tivesse razão, tentaria imediatamente em vigência os artigos 1 e 2, onde diz que o chefe sempre tem razão.

Todos os democratas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inclusive os recentemente democratizados por força das proximidades das eleições, esperavam com certa apreensão, a votação no Congresso Nacional, da emenda Maurício Fruet, que visa restabelecer eleições livres, nas capitais e nas faixas de fronteira. Mas o decreto presidencial que ora analisamos, já denota, com certa clareza, de que para os seus subordinados do PDS,

não há sinal verde para votarem favoráveis. Apesar da profissão de fé democrática, que muitos parlamentares do PDS, inclusive desta Casa fizeram, de que são favoráveis às eleições nas faixas de fronteiras e nas capitais. Apesar dos inúmeros requerimentos aqui aprovados, apelando ao Ministro da Justiça, apelando ao Sr. Presidente General Figueiredo, e apelando para que libere e deixe de lado essa odiosa forma de nomear prefeitos. E nesta hora, em que o Congresso haverá, no dia 26 deste mês de maio de posicionar-se corajosamente em favor da democracia, nós aguardamos e assistimos com certo pasmo e com certa esperança, o que haverão de fazer os parlamentares que nos representam na Câmara Federal.

Apelos populares, já dissemos, não faltam neste sentido. Requerimentos já foram aprovados em Câmaras de Vereadores em municípios de segurança nacional, aqui nesta Casa, em todas as assembleias praticamente do País inteiro, onde este expediente é comum. No entanto, o desafio está lançado.

De nada adianta dizer do que muitas vezes se argumenta de que se dependesse de nós, haveria eleições.

Não adianta fazer esta profissão de fé democrática. Porque, na verdade, depende de nós. Depende de nosso esforço, depende de nossa influência junto com os deputados federais e senadores que nos representam no Congresso Nacional. Depende do espírito democrata desses parlamentares na esfera federal.

Portanto, depende, sim senhor, se haverá eleições em faixa de fronteira, nas áreas de segurança, nas capitais, inclusive, se haverá representações políticas no Distrito Federal.

Depende, porque, depende de nosso voto, depende de nosso empenho.

O teste no dia 26 de maio, quando será votada a Emenda Maurício Fruet, a emenda da Constituição, irá dizer quantos de fato são tão democráticos quanto se proclamam quando estão diante do povo. Haverá de dizer quantos estão realmente comprometidos com a democracia. Não a democracia a pouco demonstrada através deste decreto pelo General Presidente da República, como já dissemos que se assemelha às leis do chefe. Mas, a democracia universal, que nos coloca diante do preceito, diante do princípio universal da democracia, que diz: "no 'tributacion Without representacion', ou seja, 'não pode haver cobrança, tributação de impostos em municípios onde não há representação legal através da escolha do voto direto, secreto nas urnas dos seus representantes'".

O povo nas áreas de segurança nacional, nos onze municípios assim considerados, onde prefeitos são nomeados estará lá no Congresso Nacional, através de caravanas que haverão de partir de Curitiba e Foz do Iguaçu, para assistir de perto o verdadeiro compromisso dos seus representantes seja qual for o partido a que pertencem, para ver de perto se realmente fazem jus às promessas e declarações em público, que têm feito, quando dizem que são favoráveis às eleições e à democracia, na faixa de fronteira.

Nós estaremos lá, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para avaliar o verdadeiro compromisso daqueles que nos lideram na esfera federal.

Nós estaremos lá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para fazermos uma avaliação concreta, e haveremos de denunciar aos quatro ventos, a todos aqueles falsos democratas, que, quando diante do povo, dizem que são favoráveis às eleições diretas, mas que, quando diante de um decreto presidencial, são capazes de amesquinhar-se e acobertar-se e esconder-se na subserviência. Nós haveremos de ver isso.

Mas, o mais importante de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o que já dizíamos no início. Esse decreto-lei parece mais um decreto emanado das leis do chefe, onde o chefe sempre tem razão e não pode ser contestado, e parece ainda mais, Sr. Presidente, parece ser uma preparação para a derrota que haverão de sofrer em 15 de novembro, pois já retira a auto-

nomia do Governador em poder exonerar, em poder nomear prefeitos.

Mas, esquece-se de que nós, da Oposição, somos contra esse tipo de prefeitos nomeados; esquecem-se que, para nós, até é um alívio para a nossa consciência democrática, porque fazemos questão, se for esse o preço da democracia de Figueiredo, de que continuarão a serem nomeados prefeitos, de que grande parte da população brasileira não tem o direito de escolher os seus prefeitos, se for essa a democracia de Figueiredo, nós até nos sentimos aliviados em nossa consciência democrática, porque já não caberá o ônus ao nosso Governador do Estado, da Oposição, em nomear prefeitos, e, sim, ao próprio Presidente da República.

Ele que fique com esse expediente odioso, porque, além de ser uma preparação para a derrota por parte deles, é, para nós, inclusive, uma questão de alívio de consciência democrática.

Mas, não só o decreto-lei emanado das leis do chefe que quer nos parecer estar se preparando para a derrota, como também o novo pacote eleitoral que cria novas alterações não menos casuísticas do que as anteriores às eleições de 82.

Prevê-se nesse pacote que, após as eleições de 15 de novembro, além da desvinculação das eleições de prefeito e deputados, além de outros expedientes, diz que estariam devolvendo as prerrogativas ao Poder Legislativo. E uma das que conseguimos captar pelos rumores é de que voltaria a ser alterado aquele expediente tão criticado por nós, de que a constituição poderia ser emendada com apenas a maioria simples. Voltaria a prevalecer o conceito dos 2/3. Veja bem, embora sejamos favoráveis de que a Emenda Constitucional realmente se deve fazer através de 2/3, no entanto não podemos deixar de observar de que o Presidente está realmente preocupado com a derrota em 82. Parece que já antevendo de que não terá a maioria simples no Congresso Nacional, para poder fazer as emendas. E, assim, vai se adiantando para evitar, também, que a Oposição tenha que fazer os 2/3.

Mas, haveremos de fazer os 2/3, porque a vontade popular de mudar neste País, está patente, no semblante, no rosto de todos os brasileiros da Nação inteira.

Nós nos alegramos com essa precaução; nós nos alegramos com estes pacotes que nos dão, praticamente, garantia já de uma vitória. Nós nos alegramos quando os que nos dominaram durante 18 anos, de repente começam a ter medo do povo e começam a recuar.

Lamentamos, somente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os pacotes eleitorais, até agora inventados, os casuísmos até agora criados, nem um deles mexeu, no entanto, no expediente da Lei Falcão, tão mesquinha, tão traiçoeira e tão odiosa para todos os políticos que precisam apresentar-se para o público e fazer a sua campanha. A Lei Falcão está aí intocável. Nada ainda se alterou, nada se fala sobre a Lei Falcão, e isso, para nós é motivo de tristeza; é motivo de tristeza porque conhecemos a origem da Lei Falcão. Nós sabemos que a Lei Falcão foi inspirada em Cuba, no regime de Fidel Castro, tão criticado aqui dentro e já tenho dito aqui, nesta Casa, quando de lá voltamos em visita, que uma das coisas que nos desagradou profundamente é ver essa semelhança:— a mesma lei que rege as eleições em Cuba é a mesma lei que rege as eleições aqui.

Não sabemos quem copiou de quem.

Isso nos entristece, Sr. Presidente, isso nos faz duvidar, profundamente, desta mão estendida do Presidente Figueiredo, dessa mão direita estendida, porque sabemos que ele é canhoto e assina os pacotes com a mão esquerda, por isso sabemos da falsidade da democracia que pratica.

Sr. Presidente, volto a reafirmar, para concluir o nosso pronunciamento: estamos ansiosos para ver o comportamento de todos os Parlamentares que nos representam, no Congresso Nacional, dia 26 de maio, quando será votado a emenda que

haverá de trazer a liberdade a todas as áreas de segurança nacional, para escolha de seus prefeitos.

Estamos ansiosos para ver, nesse momento histórico para nossa Nação, para ver se nossos representantes, realmente são tão democratas como dizem ser, nos congressos, como se dizem nas concentrações populares.

Estamos ansiosos e esperançosos, porque somente o Congresso Nacional haverá de restabelecer as liberdades que ora o decreto-lei do Presidente Figueiredo vem implantar, dando a possibilidade de continuar a nomeação dos prefeitos.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, consulta a Liderança do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública o "IATE CLUBE DE GUARATUBA", com sede no Município do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Túlio Zanchet, Trajano Bastos e João Mansur, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 61/81.— Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que eleva o número de cadeiras da Câmara Municipal de Francisco Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 61/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Francisco Beltrão passa a contar, a partir da próxima legislatura, com 11 (onze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ

#### JUSTIFICATIVA:

Pela Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios, o número de vereadores em cada Legislação poderá ser alterado por lei estadual, levando-se em consideração o número de eleitores inscritos no município até 180 dias antes do pleito municipal.

De acordo com os dados levantados junto ao Tribunal Regional Eleitoral, o Município de Francisco Beltrão conta com um eleitorado expressivo, comportando a elevação para 11 os Vereadores com assento na Câmara Municipal, que ora propomos e que espera contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 61/81

Da lavra do eminente Deputado DENI SCHWARTZ, o

presente plano de lei objetiva elevar o número de vereadores de Francisco Beltrão, de nove para onze.

Obediente às formalidades regimentais, o processo atende também aos requisitos de ordem legal que regem a matéria, estando dessa forma em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1982.

(a) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 24/80, que cria o Município de Pranchita, com sede e divisas que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 02/82, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, no Município de Chopinzinho, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Sede Sulina. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que concede o "TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO PARANÁ" a LEONIE LÉA CORREIA LEAL. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/81, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que cria o Município de Turvo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91/81, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que cria o Município de Santa Galo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor "EGAS PENTEADO IZIQUE". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública o "CLUBE DO GOLFINHO", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 128/81), que autoriza o Poder Executivo doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Núcleo Regional de Cornélio Procopio, lote de terreno, situado na sede do referido Município, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/81, de autoria dos Deputados ADALBERTO DAROS, JOÃO MANSUR e GILBERTO AGIBERT FILHO, que concede o "Título de Cidadão Benemérito do Paraná", a Dom BASÍLIO EFRAIM KREVEY. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 40/82), que dá nova estrutura ao quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 81/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, sediada nesta Capital, tem caráter cívico-cultural, sem qualquer finalidade lucrativa.

Fundada há mais de um ano, tem os seus estatutos regularmente registrados sob n.º 6545, do livro "A-5", de Registro de Pessoas Jurídicas do Cartório do 1.º Ofício desta Capital, bem como o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado de 10 de junho de 1980. Os cargos de sua diretoria, segundo se depreende do art. 4.º, parágrafo único, desses estatutos, não são remunerados.

Está, assim, essa entidade, credenciada a ser declarada de utilidade pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 81/81

De autoria do eminente Deputado Deni Schwartz, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, com sede e foro nesta Capital.

Preenchidas que foram as formalidades regimentais e atendidos os requisitos de ordem legal e constitucional, o processo está em condições de prosseguir sua tramitação normal pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é favorável a APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/81, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE MAÇÔNICA DE BENEFICÊNCIA - SOMABE", com sede e foro em Jandáia do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 111/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Maçônica de Beneficência - SOMABE, com sede em Jandáia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1981.

**JUSTIFICATIVA:**

O Estatuto Social que anexamos, comprova a existência de todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Por outro lado, é indubitosa a natureza de pública utilidade de que se reveste a SOMABE, de Jandáia do Sul.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 111/81

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a "Sociedade Maçônica de Beneficência - SOMABE", com sede e foro em Jandáia do Sul.

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Jandáia do Sul, o que se verifica pelos seus estatutos anexos. Os membros da sua diretoria não recebem qualquer remuneração, estando preenchidos todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que aumenta o número de Vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 173/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Pato Branco, passa a contar, a partir da próxima legislatura com 11 (onze) vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

**JUSTIFICATIVA:**

O crescimento populacional de Pato Branco está a exigir que o número de seus representantes acompanhe este crescimento, a fim de que o poder político municipal não sofra diminuição de sua atuação na defesa dos interesses da sua população.

Assim é que nos termos do previsto na Lei Orgânica dos Municípios, Lei Complementar n.º 2, estamos apresentando o presente projeto de lei, que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 173/81

Da lavra do eminente Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, o presente plano de lei objetiva aumentar o número de vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco, de nove para onze.

Preenchidas foram as formalidades legais e regimentais, estando o processo em condições de tramitar normalmente pelos demais órgãos da Casa.

Em tais condições, nosso parecer é favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 02/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 02/82

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Augusto Carneiro, declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Cumpridas que foram as formalidades legais e regimentais, nada obsta a sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Jangada, no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 08/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Jangada, no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações: partindo do marco zero segue-se confrontando com a Estrada Divisora até encontrar o marco um, numa distância de 15.000 metros; deste segue-se confrontando com a Estrada Divisora até o marco dois, numa distância de 6.024 metros; deste segue-se confrontando com o Ribeirão Jangada descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco três, numa distância de 26.300 metros; do marco três segue-se confrontando com a Estrada Lobato até encontrar o marco zero, numa distância de 9.200 metros.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ção, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã atravessa fase de grande progresso notadamente na área que ora se pretende criar o Distrito Administrativo de Jangada, onde há população residente superior a 3.300 operosos e dedicados cidadãos.

A medida que ora propomos para converter-se em lei, uma vez colimada esta proposição, irá converter-se em valiosa medida àquele progressista município.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 08/82

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado EZEQUIAS LOSSO, criar o Distrito Administrativo de Jangada, no Município de Iporã, com as divisas e confrontações que especifica.

A matéria obedece aos ditames da Lei e do Regimento da Casa, estando o processo em condições de tramitar normalmente pelos demais órgãos deste Poder.

Nestas condições, somos favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 09/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Nilza, no Município de Iporã, com divisas e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 09/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Nilza no Município de Iporã com as seguintes divisas e confrontações: partindo do marco zero segue-se confrontando com o Rio Xambrê, subindo pela sua margem direita até encontrar o marco um; deste segue-se confrontando com o Córrego Gavião, subindo pela sua margem direita, até encontrar o marco dois; deste segue-se confrontando com a Estrada Divisora, até encontrar o marco três; deste segue-se confrontando com o Córrego Iporã, descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco quatro; deste segue-se confrontando com o Rio Piquiri, subindo pela sua margem direita. Até encontrar com o marco zero, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã atravessa fase de grande progresso, notadamente na área que ora se pretende criar o Distrito Administrativo de Nilza, onde há população residente superior a 3.900 operosos e dedicados cidadãos.

A medida que ora propomos para converter-se em lei, uma vez colimada esta proposição, irá converter-se em valiosa medida àquele progressista município.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 09/82

Da lavra do ilustre Deputado EZEQUIAS LOSSO, o presente projeto tem por escopo criar o Distrito Administrativo de NILZA, no Município de Iporã, com as divisas e confrontações que especifica.

Estão presentes no processo os elementos exigidos pela Lei e pelo Regimento da Casa, o que o torna apto a prosseguir a tramitação pelos demais órgãos deste Poder.

Dado o exposto, nossa opinião é favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Guaiporã, no Município de Iporã, com as divisas e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 10/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Guaiporã, no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações: partindo do marco zero segue-se confrontando com a Estrada Divisa Byngton, até encontrar o marco um; deste segue-se confrontando a Estrada Byngton, e com os lotes 308, 301, 300 até o marco dois; deste segue-se confrontando com o Ribeirão Jangada, subindo pela margem direita até encontrar o marco três; deste segue-se confrontando com os lotes 297 e 297-A e Estrada São Paulo, até encontrar o marco quatro; deste segue-se confrontando com a Estrada São Paulo até o marco cinco; deste segue-se confrontando com o Córrego São Bento, descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco seis; deste segue-se confrontando com o Ribeirão Santo André, descendo pela sua margem esquerda até o marco sete; deste segue-se confrontando com o Ribeirão Xambrê, descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco oito; deste segue-se confrontando o Córrego divisor do Lote n.º 3, subindo pela sua margem direita até encontrar o marco nove; deste segue-se confrontando com a divisa de lotes, até encontrar o marco dez; deste segue-se confrontando com o Córrego de Divisa, até encontrar o marco onze; deste segue-se confrontando com a Estrada Divisora, até o marco doze; deste segue-se confrontando com a Estrada do Aeroporto e Aeroporto, até encontrar o marco zero, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã atravessa fase de grande progresso, notadamente na área que ora se pretende criar o Distrito Administrativo de Guaiporã, onde há população residente superior a 1.800 operosos e dedicados cidadãos.

A medida que ora propomos para converter-se em lei, uma vez colimada esta proposição, irá converter-se em valiosa medida àquele progressista município.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 10/82

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado EZEQUIAS LOSSO, criar o Distrito Administrativo de Guaiporã, no Município de Iporã, com as divisas e confrontações que especifica.

A matéria obedece aos ditames da Lei e do Regimento da Casa estando o processo em condições de tramitar normalmente pelos demais órgãos deste Poder.

Em tais condições, como favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.



Sala das Comissões, em 28 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
JURANDIR MESSIAS — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/82, de autoria do Deputado GILBERTO REZENDE DE CARVALHO, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA CAPA DOS POBRES", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 15/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA CAPA DOS POBRES", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas, desta cidade de Curitiba e serve desinteressadamente à coletividade conforme relatório que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma o que dispõe a legislação pertinente a matéria aqui focalizada.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 15/82

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado GILBERTO REZENDE CARVALHO, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA CAPA DOS POBRES", com sede nesta Capital.

Cumpridas que foram as formalidades legais e regimentais, nada obsta à normal tramitação do processo pelos demais órgãos da Casa.

Somos, assim, pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
JURANDIR MESSIAS — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Palmiro Bechi, ocorrido na cidade de Santa Izabel D'Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Inácio Thomas, ex-vereador e comerciante no Distrito de Sede Sulina, Município de Chopinzinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Assad Sahão, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Assma Wehbe Haddad, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela edição do livro "Um Pouco de Mim", de autoria de Eleonora Brasil Pompeo. — **Aprovado.** — Ao

Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela passagem do 26º aniversário de fundação do Semanário "Voz do Paraná". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação, da Redação Final do Projeto de Lei n.º 148/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 24/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação de Redação Final do Projeto de Resolução n.º 02/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 03/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Lubomir Ficinski, Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, encarecendo o fornecimento dos valores de verbas concedidas ao Município de Cascavel no ano de 1981, e se essas verbas foram repassadas a fundo perdido. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.  
(É procedida a verificação de votação).

6 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 67, 90, 91, 144, 148, 157, 159, 163/81, 31 e 35/82.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61, 81, 111, 173/81, 02, 08, 09, 10 e 15/82.

Do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 153/81, 12, 16 e 25/82.

Levanta-se a sessão.



## Atos da Diretoria Geral:

## PORTARIA N.º 118/82

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

I — revogar a designação do funcionário LEÔNIDAS PANAIOT JOANIDES, ora à disposição deste Poder, do Gabinete do Deputado João Elísio Ferraz de Campos;

II — designar o mencionado, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de março de 1983.

## PORTARIA N.º 119/82

conceder ao funcionário ANTÔNIO DOS SANTOS RIBAS, matrícula n.º 357, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 03 de maio de 1982.

(Protoc. n.º 3045).

## PORTARIA N.º 120/82

designar SILVETE LACERDA GOMES BOING, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo, até 31 de março de 1983.

(Protoc. n.º 2969) :

## PORTARIA N.º 121/82

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, à funcionária ELCY DA SILVA BATISTA, matrícula n.º 099, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 2729).

## PORTARIA N.º 122/82

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

IVO GUSSO — Mat. 264

ZENO PACIORNIK — Mat. 411

(Protoc. n.º 2686).

## PORTARIA N.º 123/82

conceder ao funcionário ALZEMIRO ARTIGAS, matrícula n.º 381, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 03 de maio de 1982.

(Protoc. n.º 2834).

## PORTARIA N.º 124/82

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, matrícula n.º 120, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 1.º de agosto de 1973 e 1.º de outubro de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1973 e 1974, contadas em dobro; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente

ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 1.º de outubro de 1977 e 1.º de abril de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1982.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
DIRETOR GERAL

## Atas das Comissões:

## COMISSÃO DE FINANÇAS

9ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta dias do mês de março de hum mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões, após Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças com o fim específico de proceder sua instalação, bem como a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma Regimental pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel e havendo número legal, foi declarado aberto os trabalhos, com a comunicação de que a presente reunião tem por finalidade eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão e sua instalação. Procedida a votação verificou-se a eleição dos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Darcy Deitos para Presidente e Vice-Presidente respectivamente. Assumindo o Cargo para o qual fora reeleito o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo agradeceu a confiança nele depositada e em breves palavras disse do propósito de evidenciar esforços com vistas a agilização dos trabalhos desta Comissão, assumindo o compromisso de tudo fazer para que esta funcione nos moldes do Direito e do Regimento Interno deste Poder. Na oportunidade a Presidência designou o funcionário Nelson Sílvia Salles para exercer as funções de Secretário da Comissão. Ficou também acertado que as reuniões serão realizadas às terças-feiras. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, do que para constar, eu, Nelson Sílvia Salles, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

Deputado DARCY DEITOS

Vice-Presidente

NELSON SÍLVIA SALLES

Secretário

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de um mil novecentos e oitenta e dois, na Sala das Comissões, reuniram-se os Membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão de Redação, com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição para Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado Rosário Pitelli e verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, anunciando em seguida a realização das eleições para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Tadeu Lúcio Machado e Antônio Cotrim, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora reeleito o Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, agradece a confiança nele depositada, prometendo tudo fazer para não desmerecer a deferência. O Sr. Presidente após determinar que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua compe-

tência, convidou o funcionário Lélío Guimarães Sotto Maior para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Lélío Guimarães Sotto Maior, lavrei a presente Ata, a qual após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e demais Membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) DEPUTADO TADEU LÚCIO MACHADO  
PRESIDENTE  
DEPUTADO ANTÔNIO COTRIM  
VICE-PRESIDENTE

Deputado Rosário Pitelli      Deputado Renato Bernardi  
Deputado Gabriel Sampaio      Deputado João Elísio  
Deputado Fabiano Braga Côrtes  
Lélío Guimarães Sotto Maior      Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões desta Assembléia Legislativa do Estado, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas com a presença dos seguintes Srs. Deputados, membros da Comissão. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Sr. Presidente, Deputado Antônio Facci, declarando abertos os trabalhos da presente reunião, falando da matéria que seria relatada. Trata-se a matéria da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, apresentado pelo Tribunal de Contas do Estado, protocolado sob número 5818/91, Proposição número 49/81. Contém o processo, Balanço Geral do Estado, contas das Administrações Direta e Indireta, referente ao exercício de 1980, acompanhado por seis (6) anexos demonstrativos, elaborado pela Coordenadoria da Administração Financeira do Estado. Ao ser examinado minuciosamente o processo em tela pelos membros da Comissão de Tomada de Contas, cujos pareceres foram o seguinte: cinco (5) votos favoráveis e dois (2) votos em separados com parecer contrário dos Srs. Deputados Lineu Mansani Turra e Darcy Deitos. Considerado, portanto, aprovada a Proposição por maioria de votos e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, dos quais, para constar, lavro a presente ata, que após aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados da Comissão e demais Deputados presentes e por mim Eumênia de Oliveira, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Presidente  
EUMÊNIA DE OLIVEIRA — Secretária

MEMBROS:

Lineu Mansani Turra      Francisco Escorsin  
Egon Pudell      Darcy Deitos  
Gabriel Manoel      Adalberto Daros

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO  
PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos doze dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e dois, na sala de reunião das Comissões, neste Poder, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Orçamento, Fuad Nacli, Francisco Escorsin, Egon Pudell, Antônio Facci, Darcy Deitos, Nestor Baptista e Edilson Alencar. Sob a Presidência do Deputado Francisco Escorsin, o mais idoso dos membros desta Comissão, foi a mesma, oficialmente instalada e procedida a eleição do Presidente e Vice-Presidente, sendo eleitos os Srs. Deputados: Fuad Nacli, Presidente e Dar-

cy Deitos, Vice-Presidente. Os Deputados eleitos, agradeceram a confiança dos demais membros, sendo encerrada a presente reunião. Para tanto, eu, Ayrton Alves Aranha, designado para secretariar a presente Comissão, de acordo com a Portaria n.º 508/80, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os Deputados membros.

Sala de Reunião das Comissões, em 12 de maio de 1982

Deputado Fuad Nacli      Deputado Francisco Escorsin  
Deputado Egon Pudell      Deputado Antônio Facci  
Deputado Darcy Deitos      Deputado Nestor Baptista  
Deputado Edilson Alencar

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES  
9ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos seis dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e dois, após Sessão Plenária, na Sala de Reuniões, reuniram-se os membros componentes da Comissão de Cultura e Esportes, com o fim específica de proceder sua instalação, bem como a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel e havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e instalada a Comissão, anunciando em seguida a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivo da referida Comissão. Procedido o sufrágio, verificou-se por unanimidade de votos a eleição do Sr. Deputado Nestor Baptista para a Presidência e do Sr. Deputado Antônio Cotrim para Vice-Presidente. Ao tomar posse no cargo para o qual fora eleito, o Sr. Deputado Nestor Baptista agradeceu em seu nome e em nome de seu Vice-Presidente eleito, a honrosa investidura, dizendo do propósito em corresponder a confiança neles depositadas. O Sr. Presidente após determinar que as reuniões ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência, convidou o funcionário Alceu Alves Passos, para exercer as funções de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Alceu Alves Passos, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e demais membros e por mim Secretário, para que produza os efeitos legais.

Deputado NESTOR BAPTISTA — Presidente  
MEMBROS:

Deputado ANTÔNIO COTRIM — Vice-Presidente  
ALCEU ALVES PASSOS — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
9a. LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, e presentes os Srs. Deputados Membros da Comissão, demais Deputados da Casa, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA. 1). PROJETO DE LEI N.º 29/82, do Deputado Cyro Martins. Relator: Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados Membros da Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) DEPUTADO PAULO CAMARGO, Presidente  
RITA SOARES BERTOLI, Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
9ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e dois, às dezessete e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo e presentes os Srs. Deputados: José Domingos, Jurandir Messias, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Friedrich e Werner Wanderer, bem como os demais Srs. Deputados, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata dos trabalhos anteriores. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: PROJETO DE LEI N.º 5/82, do Deputado Gabriel Sampaio. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI N.º 8/82, do Deputado Ezequias Losso. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI N.º 9/82, do Deputado Ezequias Losso. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI N.º 10/82, do Deputado Ezequias Losso. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI N.º 29/82, do Deputado Cyro Martins. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI N.º 30/82, do Poder Executivo. Mensagem n.º 35/82. Autoriza o Poder Executivo contrair empréstimos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, conforme especifica. Relator, Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Votos contrários dos Deputados Lineu Turra e Nelson Friedrich. 7) PROJETO DE LEI N.º 36/82, do Poder Executivo. Mensagem n.º 42/82. Dispõe sobre o enquadramento dos atuais ocupantes da Tabela de Pessoal Suplementar do Tribunal de Contas do Estado. Relator, Deputado Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Votos com restrições dos Deputados Lineu Turra e Nelson Friedrich. 8) PROJETO DE LEI N.º 41/82, do Deputado Airton Cordeiro. Relator, Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI N.º 46/81, do Deputado Francisco Escorsin. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Votos com restrições dos Deputados: Lineu Turra e Nelson Friedrich. 10) PROJETO DE LEI N.º 61/81, do Deputado Deni Schwartz. Relator, Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 11) PROJETO DE LEI N.º 81/81, do Deputado Deni Schwartz. Relator, Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12) PROJETO DE LEI N.º 133/81, do Deputado Erondy Silvério. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(DEPUTADO PAULO CAMARGO — Presidente  
RITA SOARES BERTOLI — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis e trinta horas, na

Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, e presentes os Srs. Deputados: Airton Cordeiro, Adalberto Daros, Dácio Leonel, David Cheriegate, Gabriel Sampaio, Jurandir Messias, Deni Schwartz, Lineu Turra, Nelson Friedrich, Nilso Sguarezi, José Domingos e Werner Wanderer, bem como os demais Srs. Deputados de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1/82, do Deputado Rosário Pitelli. Relator, Deputado Dácio Leonel. Requer seja convertido em diligência junto às Câmaras Municipais. Deferido. 2) PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 3/82, da Comissão Executiva. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI N.º 2/82, do Deputado Augusto Carneiro. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI N.º 12/82, do Deputado Erondy Silvério. Relator Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI N.º 15/82, do Deputado Gilberto Carvalho. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI N.º 16/82, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI N.º 22/82, do Deputado Del Ciel. Relator Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8) PROJETO DE LEI N.º 25/82, do Deputado Gabriel Sampaio. Relator, Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. O Sr. Deputado David Cheriegate solicita preferência de votação para o PROJETO DE LEI N.º 24/80, do Deputado Túlio Zanchet. Aprovada a solicitação. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Em discussão. O Sr. Deputado Airton Cordeiro faz declaração de voto favorável. O Sr. Deputado Nilso Sguarezi declara que é com satisfação que retorna a esta Comissão, e que toda a Casa conhece sua posição contrária à criação de municípios, pois existem municípios que estão até reagindo, mas após a criação de vários municípios, seria uma discriminação não criar o Município de Pranchita, tendo em vista a realização de plebiscito e consulta às Câmaras e Prefeituras Municipais. É favorável e faz questão de registrar seu voto. Aprovado o Parecer. 10) PROJETO DE LEI N.º 31/82, do Deputado Airton Cordeiro. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 11) PROJETO DE LEI N.º 35/82, do Poder Executivo. Mensagem n.º 40/82. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12) PROJETO DE LEI N.º 111/81, do Deputado Gilberto Carvalho. Relator, Deputado Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 13) PROJETO DE LEI N.º 153/81, do Deputado Florivaldo Palácios. Relator, Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 14) PROJETO DE LEI N.º 143/81, do Deputado Tércio Albuquerque. Relator, Deputado Gabriel Sampaio. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 15) PROJETO DE LEI N.º 167/81, do Deputado Ezequias Losso. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 16) PROJETO DE LEI N.º 168/81, do Deputado Ezequias Losso. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 17) PROJETO DE LEI N.º 173/81, do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 18) PROPOSIÇÃO N.º 120/81, do Poder Executivo. Veto parcial apostado ao Projeto de Lei n.º 128/81, como especifica. Relator, Deputado Gabriel Sampaio. Parecer FAVORÁVEL à apreciação do veto pelo Plenário. Voto com restrições dos Deputados Dácio Leonel e Nelson Friedrich. Aprovado. O Sr. Deputado Nelson Friedrich apresentou

Pareceres FAVORÁVEIS com respectivos Projetos de Resolução às PROPOSIÇÕES N.ºs 4/82, 5/82, 6/82, 7/82, 10/82, 14/82, 16/82, 18/82, 19/82, 20/82, 21/82, 23/82, 25/82, 26/82, 28/82, 29/82, 30/81, 31/82 e 32/82. Aprovados os Pareceres. O Sr. Deputado Adalberto Daros apresentou Pareceres FAVORÁVEIS com respectivos Projetos de Resolução às PROPOSIÇÕES N.ºs 8/82, 9/82, 11/82, 12/82, 13/82, 17/82, 22/82, 24/82, 33/82, 35/82 e 36/82. Aprovados os Pareceres. O Sr. Deputado Lineu Turra apresentou Pareceres FAVORÁVEIS com Projetos de Resolução às PROPOSIÇÕES N.ºs 15/82, 27/82 e 34/82, aprovados os Pareceres. O Sr. Presidente solicita aos Srs. Deputados o cumprimento da Proposição aprovada nesta Comissão, no sentido de que

não sejam convidadas pessoas interessadas aos processos em discussão, evitando assim, constrangimento na votação das matérias. O Sr. Presidente solicita, ainda, que a reunião ordinária da próxima quarta-feira, seja antecipada para terça-feira, tendo em vista o feriado de quarta-feira. Aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião. Lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
RITA SOARES BERTOLI — Secretária